



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ - BA

TERÇA-FEIRA – 14 DE MAIO DE 2024 - ANO IV – EDIÇÃO Nº 78

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ PÚBLICA:

- **RESPOSTA/ PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 003/2024:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS PÊNSEL, DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

**IMPrensa OFICIAL  
UMA GESTÃO LEGAL  
E TRANSPARENTE**

- Gestor(a): Ana Olímpia Hora Medrado
- Praça Coronel Douca Medrado, 73 – Cidade Histórica
- Tel: 75 3338-2143



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

### - RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO -

**REFERÊNCIA:** Pregão Eletrônico SRP nº 003/2024

**IMPUGNANTE:** SHOPMED BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

### I – RELATÓRIO

O Município de Mucugê/Ba está promovendo licitação na modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preço, registrado sob o número 003/2024, cujo objeto é contratação de empresa para futura e eventual aquisição de **medicamentos e materiais pênsl**, de uso hospitalar, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Mucugê-Bahia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão iniciou-se no dia 15/04/2024, continuando nos dias 19 a 24 de abril de 2024. No que se refere ao Lotes 01, a empresa MEDISIL MEDICAMENTOS LTDA foi considerada vencedora no dia 24 de abril as 16:54:57 horas e a empresa SHOPMED BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA informa a sua intenção de recorrer nesse no dia 24 de abril de 2024 às 16:55:24 horas.

Por fim, a citada empresa apresenta recurso administrativo que passa a ser respondido nos termos legais e conforme os fundamentos a seguir.

Importante salientar que, em que pese a empresa SHOPMED BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA no corpo do seu recurso também se manifestar sobre os Lotes 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19 e 20, esses lotes ainda estão apenas com empresa arrematantes e não consideradas vencedoras, motivo pelo qual ainda não chegou o momento de recorrer. No que tange ao Lote 22, a empresa não fez qualquer manifestação sobre recorrer no tempo que foi destinado.

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 1 de 11



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### • TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, **há de se verificar a tempestividade do recurso apresentado**, nos termos do item 11 do Edital e do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, já que foi protocolada no dia 26/04/2024 e o Pregão Eletrônico com Registro de Preço iniciou-se no dia 15/04/2024, continuando nos dias 19 a 24 de abril de 2024.

Dessa forma, considerando que empresa SHOPMED BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA informa a sua intenção de recorrer nesse no dia 24 de abril de 2024 às 16:55:24 horas, apresentando o recurso administrativo no dia 26 de abril de 2024, tempestivo o presente recurso apenas quanto ao Lote 1.

No que tange ao Lote 22, intempestivo o recurso, posto que feito em momento posterior, estando o mesmo precluso.

### • INABILITAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024

Primeiramente, importante aqui destacar que a no Lote 1 restou consignado no sistema que:

24/04/2024 16:54:57 PREGOEIRO

Senhores licitantes, informamos que a partir deste momento os interessados terão o prazo conforme item 11 do edital, para manifestação e motivação da intenção de interposição de recurso.

24/04/2024 16:55:24 FORNECEDOR

Prezado Pregoeiro, por meio deste, manifesto minha intenção de interpor recurso contra minha inabilitação. As razões do recurso serão apresentadas dentro do prazo estabelecido em edital.

Dessa forma, totalmente correta a empresa na sua posição de manifestar a intenção de recorrer e depois, dentro do prazo ofertado conforme Edital, apresentar as razões do recurso.

A Administração Pública, nos termos da Constituição Federal (art.37, XXI), para contratações de suas obras, serviços, compras e alienações deve sempre realizar um procedimento licitatório, a fim de assegurar a igualdade entre os participantes e o respeito à legalidade, já que, para ela só é possível fazer o que a lei permite, selecionando a proposta mais vantajosa, tendo em vista a satisfação do interesse público.



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

Assim, a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº. 14.133/2021, e suas alterações posteriores, que regula a modalidade de Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, seguindo todo um procedimento formal, de estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 5º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, entre outros.

Para Hely Lopes Meirelles, in “Licitação e Contrato Administrativo” (pág. 26/27, 12a. Edição, 1999):

“Procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as suas exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento.”

Tendo por base essas premissas, afiança a empresa desclassificada dos lotes arrematados, e, conseqüentemente inabilitada da licitação, por não atender ao que dispõe o item 9.10, alínea e.3, do edital, acerca da qualificação econômico-financeira, por apresentar grau de endividamento maior que o solicitado no ato convocatório.

Segue afirmando que não há razões para a tomada da decisão, pura e simplesmente através da análise do índice, sem a presença de demais documentos que atestam a BOA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA da Licitante, ora RECORRENTE.

Por fim, informa que apesar da breve justificativa, não aponta de modo fundamentado, a exigência de índice igual ou menor que 0,35, afinal, trata-se de índice não usual, violando o teor disposto no §5º, do art. 69 da Lei n. 14.133/2021, restringindo gravemente o objetivo da licitação, que é a contratação de proposta mais vantajosa





Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

Conforme se depreende do Edital, o item 9.10 trata da qualificação econômico financeira da empresa, solicitando documentos e apontando os índices de liquidez (geral e corrente) e de endividamento.

Assim, conforme documentos acostados pela empresa e parecer contábil também anexo ao processo, ela não cumpre com esse item do Edital já que seu grau de endividamento é de 0,86, ou seja, o equivalente a 86%, enquanto o Edital exige endividamento menor ou igual a 0,35.

Nesse sentido parecer técnico-contábil:

#### **PARECER TÉCNICO CONTÁBIL Nº 002/2024**

Assunto: Em resposta ao Recurso Administrativo ao PE SRP Nº.003/2024, da Empresa **SHOPMED BRASIL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ. Nº **31.097.573/0001-09**.

#### 1 - Histórico:

Trata-se da análise técnica em resposta a **SHOPMED BRASIL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ. Nº **31.097.573/0001-09**, sobre questionamento feito no Pregão Eletrônico SRP Nº.003/2024, em especial quanto a "A Qualificação Econômico-Financeira, ao Índice de Endividamento Geral, menor ou igual a 0,35, calculado pela seguinte fórmula:"

$$IEG = \frac{PC}{ELP}$$

AT

#### 2 – Das razões recursais

Foi constatado por esse Setor Contábil a inobservância do cumprimento do item 9.10 alínea e 3 do Edital, no qual reflete a situação financeira do licitante através da avaliação dos índices de qualificação econômico-financeira.

Ao analisar o balanço apresentado pela empresa, a mesma apresenta 0,86, sendo exigido que conste o Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,35.

Como se sabe, os Índices de Qualificação Econômico-financeira são avaliados através do Índice Liquidez Geral (ILG), Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Grau de Endividamento Geral (IEG). Eles são de suma importância para análise da boa saúde financeira e o nível de capital de terceiros investidos nela.

No que diz respeito ao Índice de Endividamento Geral ele é um dos indicadores financeiros mais básicos utilizados para análise de nível de dívidas. Ele determina a proporção do endividamento da empresa em comparação com o total do seu ativo, o quanto dos ativos do negócio estão financiados por terceiros.

Em nenhum momento, a Comissão trata da insuficiência financeira da empresa, ou exige requisito ilegal ou excessivo. O Edital busca elencar dentre as licitantes, empresas que estejam aptas ao certame e atendam aos itens editalícios, dentro das exigências cabíveis, sendo a qualificação econômico-financeira indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 4 de 11



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ - BA

TERÇA-FEIRA  
14 DE MAIO DE 2024  
ANO IV – EDIÇÃO Nº 78

Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

No que tange a justificativa sobre os índices, aponta de modo bem fundamentado o Edital o item e.12 e seguintes.

Já no que se refere no recurso a uma "flagrante ofensa ao princípio da igualdade" em relação a empresa **AMPER NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.**

Na realidade, foi constatado apenas um mero erro na execução do cálculo ao extrair os dados do Balanço Patrimonial, é possível notar que a empresa possui índice que cumpre o quanto exigido no Edital, não podendo ser desclassificada por erro de digitação.

Caso a Comissão agisse de outra forma seria um excesso de formalismo prejudicial a Administração Pública que deixaria de declarar como vencedora a empresa que apresentou o melhor preço, critério utilizado na licitação.

Caso a Comissão agisse de outra forma seria um excesso de formalismo prejudicial a Administração Pública que deixaria de declarar como vencedora a empresa que apresentou o melhor preço, critério utilizado na licitação.

Por fim, informa que a **AMPER NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA** foi vencedora do **LOTE 21** e não do **LOTE 22** como está no recurso, sendo extraído do Balanço apresentado o seguinte:

"Índice de Endividamento Geral = Passivo Não Circulante

Ativo Total

IEG = 0,12

5.000.000,12

IEG = 2,399999942400001e-8".

Dessa forma, como já constatado pela Comissão de Licitação, opino pela manutenção da desclassificação da empresa **SHOPMED BRASIL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, pelos apontamentos supramencionados.

Mucugê, 09 de Maio de 2024.

Júlia Dias de Jesus  
CPF: 067.365.105-38  
45076/O-4  
Secretaria Contábil

Prefeitura Municipal de Mucugê-BA

As solicitações feitas pela Administração em seu Edital estão de acordo com os preceitos constitucionais de garantir que a empresa vencedora cumpra com suas obrigações, além de que há uma justificativa para o pedido, já que a licitação teve um valor global nos 22 (vinte e dois) lotes estimado bastante alto, qual seja, R\$

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 5 de 11



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

16.123.166,31(dezesseis milhões cento e vinte e três mil cento e sessenta e seis reais e trinta e um centavos).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 5º e 92, II da Lei nº 14.133/2021, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao Edital que regulamenta o certame.

Nesse mesmo sentido entende a jurisprudência consolidada do e. TJBA, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MANDAMENTAL EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, PELO FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÕES NOS AUTOS, APTOS A DEMONSTRAR A CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO PRETENDIDO. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA NÃO-SURPRESA. ACOLHIMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 6 de 11





Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. **PROPOSTA VENCEDORA FEITA EM DESCONFORMIDADE COM TERMOS DO EDITAL E CONVENÇA COLETIVA DA CATEGORIA. VALES-TRANSPORTE INFORMADOS EM QUANTIDADE MENOR QUE A OBRIGATÓRIA. UNIFORMES E EPI INDICADOS COM VALOR IRRISÓRIO. OFENSA À COMPETITIVIDADE. CONFIGURAÇÃO. SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO DO CERTAME, COM A ANÁLISE DAS PROPOSTAS SUBSEQUENTES.** MEDIDA QUE SE IMPÕE. APELAÇÃO PROVIDA. (Processo no 0503428.38.2018.8.05.0146, Quinta Câmara Cível do e. TJBA, Des. Rel. Dr. Raimundo Sergio Sales Cafezeiro, julgamento publicado em 12/06/2019, grifo nosso).

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCLASSIFICAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS SEGUNDO CONVENÇA COLETIVA PELA CONCORRENTE. PREVISÃO EDITALÍCIA NESTE SENTIDO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. O mandado de segurança tem seus requisitos específicos e o direito líquido e certo é um deles, isto é, aquele cuja incontestabilidade é evidenciada de plano, mediante prova pré-constituída. 2. **Se o edital faz constar norma expressa a respeito da obediência pelas licitantes às convenções coletivas, o seu desrespeito implica em autorizada desclassificação.** Segurança denegada. (Processo no 0005264-27.2016.8.05.0000, Seção Cível de Direito Público do e. TJBA, Des. Rel. Dra. Rosita Falcão de Almeida Maia, julgamento publicado em 10/03/2017).

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES DE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRELIMINARES REJEITADAS. MÉRITO. DESOBEDIÊNCIA AS REGRAS DO EDITAL. INTELIGÊNCIA ÀS REGRAS DO EDITAL.

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 7 de 11





Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

INTELIGÊNCIA DO ART. 41, DA LEI FEDERAL No 8.666/93. PRECEDENTES DO STJ E STF. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. SEGURANÇA NÃO CONCEDIDA. [...] 2. MÉRITO. 2.1 – Da exegese literal dos itens 2.2, 2.2.1 e 2.2.2 do edital, é possível perceber a nevrálgica importância atribuída pelo edital à proposta de preços, instrumento convocatório que “faz lei entre as partes”, como determina o art. 41, da Lei Federal n. 9666/93. **2.2 – É inadmissível que qualquer dos participantes da licitação apresente melhor preço para prestação dos serviços mediante omissão de qualquer dos valores que compõe o custo final da proposta a ser apresentada à Administração Pública.** 2.3 – **O art. 43, §3o da Lei Federal n. 8.666/1993, embora possibilite a realização de diligências no procedimento licitatório, veda expressamente “a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta”.** Precedente deste Tribunal. 3 – SEGURANÇA NÃO CONCEDIDA. (Processo no 0004801-85.2016.8.05.0000, Seção Cível de Direito Público do e. TJBA, Des. Rel. Dra. Ilona Marcia Reis, julgamento publicado em 27/08/2016, grifo nosso).

Portanto, não se pode apresentar uma licitante que descumpra os ditames legais e editalícios com sua classificação e ser declarada vencedora, posto que ocorreria flagrante violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao edital.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela próprias lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”

Dito isso, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o Edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o Edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos.

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 8 de 11



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

Ademais, não se pode esquecer que a licitação é “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico”<sup>1</sup>.

E para desenvolver tal mister, é necessária a fiel observância de diversos princípios, dentre eles o do da vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui, portanto, extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Caso a Recorrente discordasse de tal regra editalícia, deveria ter apresentado a respectiva Impugnação ao Edital, o que não ocorreu, sendo precluso, portanto, o momento de sua irresignação, já que verificada a decadência do direito de impugnar.

Não restou demonstrado qualquer prejuízo a competitividade no certamente, tendo inclusive comparecido 09 (nove) empresas. Ademais de que não se exigiu na fórmula do item o item 9.10, e.1 qualquer índice que envolvesse rentabilidade ou lucratividade.

Registra-se aqui ainda que as jurisprudências colacionadas ao recurso proposto só corroboram o que está exposto no Edital..

No que se refere aos argumentos da empresa de que por ter oferecido a proposta mais vantajosa a administração e que sua inabilitação, habilitando a segunda colocada ou subsequentes, culminaria em dano ao erário, mais uma vez razão não lhe assiste.

Como se sabe, o Edital é o documento que traz todos os critérios para o julgamento de uma licitação e suas outras informações, de forma integral e completa. Ele ditará as regras dos cadastros, da disputa e do acerto do contrato, além de definir os bens ou serviços que pretende contratar. Assim, previsto e regulamentado em lei (em todas as leis que regem as contratações públicas), o edital é, por si só, considerado a lei de uma licitação.

<sup>1</sup>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26a ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.



Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

Dessa forma então, em que pese o recorrente dizer que cumpriu as leis supracitadas, na verdade, ele descumpriu requisitos do art. 69 da Lei de Licitações, bem como o Edital.

O que se observa aqui é a busca insistente em querer ferir os regulamentos legais e infralegais dispostos no ordenamento jurídico a fim de que a Administração descumpra com seu dever, o que não pode ser aceito por esse ente publico ou qualquer outro.

Em relação aos quesitos de economicidade, eficiência e eficácia levantando pelo recorrente, não restou por ele demonstrado que a Administração feriu nenhum deles. Ao contrário, que os utilizou da forma mais correta possível já que deu continuidade ao certamente, habilitando segunda colocada que cumpriu com todos os requisitos legais e do Edital.

Não há motivos, como suscitado pela empresa, para uma revogação do certamente ou para enquadramento em qualquer artigo da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) já que não há qualquer interesse publico em frustrar um procedimento que tem uma empresa que possui todos os requisitos para se sagrar vencedora.

Por fim, com relação a argumentação trazida de que foi violado o Princípio da Igualdade no presente certame no LOTE 22 já que a empresa AMPER teria sido declarada vencedora, demonstrado está mais uma vez o total equivoco da Recorrente.

Como se depreende da tela do sistema, a vencedora do LOTE 22 foi a empresa A& S Comercio de Produtos e Materiais Hospitalares.

Panel do Pregoeiro / Meus Processos / Consultar Histórico

← Consultar histórico

Identificador	Lote	Comprador	Responsável
1040489	22	MUNICIPIO DE MUCUGÊ	FABIO RICARDO FERREIRA MOURA

FORNECEDORES	MENSAGENS	LANÇES	ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANÇES
<b>Situação</b> Lote Arrematado:			
<b>Data/hora</b>	<b>Valor</b>	<b>Fornecedor</b>	
15/04/2024 09:30:00	R\$ 7.000,00	A & S COMERCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARE	
<b>Situação</b> Lote Declarado Vencedor:			
<b>Data/hora</b>	<b>Valor</b>	<b>Fornecedor</b>	
23/04/2024 11:21:16	R\$ 7.000,00	A & S COMERCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARE	
<b>Justificativa</b> Informamos que a empresa arrematante do lote está declarada vencedora por ter atendido aos requisitos do edital.			

Ativar o Windows  
Remover configurações de privacidade

Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica Tel.: 75-33382143 ou 2106  
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2024 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Página 10 de 11





Edição eletrônica disponível no site [www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br](http://www.pmmucuge.transparenciaoficialba.com.br) e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCUGÊ**  
CNPJ – 13.922.562/0001-34  
Praça Coronel Douca Medrado, 73 – CEP. 46.750-000 – Cidade Histórica.  
Telefax: (0\*\*75) 3338-2466 /2157

Sendo assim, estando esclarecidas essas questões, vê-se que não assiste razão à recorrente, sendo improcedente o pedido de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 003/2024.

### III - DECISÃO

*Ex positis*, com base nas argumentações expostas, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/21 e nas regras apostas no Edital da licitação do Pregão Eletrônico SRP nº 003/2024, e nos princípios norteadores da Administração pública, em especial da Isonomia, Moralidade e Vinculação ao Instrumento Convocatório, mantenho a decisão de **INABILITAR** a empresa **SHOPMED BRASIL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** no Lote 1 e julgo **IMPROCEDENTE** o Recurso interposto, haja vista o total descabimento de suas razões.

Mucugê/BA, 09 de maio de 2024.

.....  
**FABIO RICARDO FERREIRA MOURA**

Pregoeiro  
Decreto nº 041/2024